



**PROGRAMA DE AÇÃO**  
**E**  
**ORÇAMENTO 2018**

## **AGENDA**

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. PLANO ESTRATÉGICO**
- 3. PROGRAMA DE AÇÃO E ORÇAMENTO 2018**

## 1. INTRODUÇÃO

### MISSÃO

Caracterizada pela matriz social e mutualista e fazendo parte da denominada *economia social*, a CAIXA ECONÓMICA DO PORTO – CAIXA ANEXA (CEP) não distribui dividendos individualmente aos seus associados: os resultados dos exercícios anuais são reinvestidos socialmente, através da transferência (até 90% do seu valor) para a A BENEFICÊNCIA FAMILIAR – ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS (BF), a que é anexa, permitindo o desenvolvimento de modalidades de apoio social que constituem a atividade da Associação. Ou seja, neste contexto a CEP tem por missão, **vitalizar e dinamizar** a atividade mutualista da BF.

### VISÃO E VALORES

A instituição CEP não obedece à lógica da maximização do lucro, o que conduz à definição de uma estratégia conservadora, quer no que respeita às aplicações financeiras dos capitais próprios e alheios, quer na avaliação das garantias reais (penhores) e no montante dos empréstimos concedidos, o que restringe fortemente o risco da atividade.

Tem como principal eixo de desenvolvimento e de diferenciação estratégica a prestação de serviços financeiros - depósitos e concessão de crédito - caracterizada pelo rigor da informação prestada aos seus clientes/associados e pela excelência da adequação das respostas às suas necessidades.

A CEP tem representado para os seus clientes e/ou associados da BF, o *mealheiro* onde podem depositar em segurança as suas poupanças. Os créditos dos clientes/associados são controlados com regularidade. Em caso de incumprimento, os titulares são contactados no sentido da sua regularização.

A CEP acredita que os seus colaboradores são um elemento determinante na concretização da visão e que uma adequada gestão das suas competências e um contínuo investimento na sua formação contribui fortemente para o futuro sustentável da Instituição. De facto, a competência e responsabilização dos nossos colaboradores são a base dos resultados alcançados e são, sem dúvida, o fator chave de êxito dos desafios estratégicos delineados pela Direção.

Assim, perante o exposto pretendemos continuar a ser uma Caixa Económica **referência** no universo mutualista em que os **valores** que regem os nossos princípios são:

-  Segurança
-  Confiança
-  Transparência
-  Rigor
-  Competência

## 2. PLANO ESTRATÉGICO

O plano estratégico é um instrumento fundamental na implementação da estratégia operacional, que pretende a resolução, de forma eficaz, dos problemas atuais e a adoção de um conjunto de medidas e linhas de ação que privilegiem o bem comum dos colaboradores e clientes/associados.

### **Fortalecimento do Modelo de Negócio**

- ✚ Maior divulgação da Caixa Económica do Porto;
- ✚ Acesso a movimentação de contas *on-line*;
- ✚ Introdução de novos produtos/serviços;
- ✚ Reforço na gestão do risco;
- ✚ Gestão do capital humano.

Decorrem no presente reuniões com empresas de referência no mercado digital, com vista à concretização já em 2018 do acesso à movimentação de contas *on-line*.

A concretização das linhas do plano de ação traduz-se no controlo de um conjunto de medidas:

## **ESTRATÉGIA DE AÇÃO**

### **Linhas de Orientação Estratégica**

### **Medidas de Ação**

<b>Aumento do Crédito Concedido</b>	<b>Diminuição da taxa de Empréstimos de Penhores</b>
<b>Melhoria de Eficiência</b>	<b>Reduzir Custos nos Fornecimentos e Serviços Externos</b>
<b>Consolidação Financeira</b>	<b>Prestação de Novas Atividades e Desenvolver as Existentes</b>
<b>Gestão de Talentos</b>	<b>Contínua Atualização das Qualificações dos Colaboradores</b>
<b>Reforço da Gestão de Risco</b>	<b>Melhorar Processo de Acompanhamento</b>

### **3. PROGRAMA DE AÇÃO E ORÇAMENTO 2018**

O Plano de ação pode ser afetado por um conjunto de riscos internos e externos com impacto adverso na conta de exploração.

O sucesso da instituição passa pela articulação entre a Gestão de Risco, o Planeamento Estratégico e Contabilidade de Gestão.

Na fase de Planeamento Estratégico deverão ser considerados um conjunto de riscos inerentes ao próprio processo.

Na implementação da estratégia é extremamente importante uma boa ferramenta de comunicação e que se verifique uma estrita relação com a Contabilidade de Gestão e a Gestão de Risco, para que se monitorize a implementação da estratégia e se possa gerir os riscos a ela associados

Destacam-se as medidas de ação estratégica que permitirão refocar a CEP, apresentando serviços e relação diferenciada. O dever de lealdade impõe que os Diretores mantenham uma atuação de contínuo respeito pelos interesses da instituição, atendendo aos interesses a curto e a longo prazo dos clientes/associados e de todos os stakeholders.

A instituição tem um plano de ação estruturado, com indicação de responsáveis, para ser utilizado como alternativa, no caso de ocorrência de uma determinada falha operacional. Estas falhas são mapeadas e suportadas por procedimentos voltados para assegurar a continuidade do negócio, ou seja, a garantia da não interrupção dos processos considerados imprescindíveis para o funcionamento da instituição.

O cumprimento do dever de cuidado implica, designadamente, estar disponível para o exercício das funções, colher informações indispensáveis para a tomada de resoluções, contribuir para a execução das deliberações e relatar todas as irregularidades.

### **Risco de Crédito**

Devido à natureza da atividade exercida pela CEP, nomeadamente a concessão de crédito sobre penhor com garantia real - objetos em ouro e/ou pedras preciosas- e aplicações financeiras – depósitos a prazo e a ordem- o risco de crédito é considerado reduzido, dado que as aplicações encontram-se cobertas pelos Fundos Próprios. Derivado das características dos nossos créditos e aplicações financeiras, o método de padrão utilizado no apuramento dos requisitos de capital constitui o mais adequado.

### **Risco Operacional**

O risco operacional resulta de falhas ou inadequações dos processos internos ou dos sistemas e ainda de eventuais perdas derivadas de fatores externos. Reconhecendo este facto, a Direção da CEP implementou, um sistema de controlo frequente de procedimentos e de definição e revisão do perfil de risco. O sistema de controlo interno constitui assim um fator primordial no combate ao risco operacional de forma que ao existir um controlo rigoroso das diversas operações, a probabilidade de erro ou fraude torna-se nula.

### **Risco de Mercado**

O risco de mercado da instituição é considerado nulo devido às características das operações realizadas – operações de mútuo com garantia de objetos de ouro e pedras preciosas e aplicações financeiras. Relativamente à primeira operação descrita, os objetos em causa garantem o capital mutuado e respetivos encargos. Sendo o valor base de licitação dos objetos em leilão superior ao valor do crédito, não ocorre imparidade. No que se refere às aplicações financeiras, estas estão constituídas por várias instituições financeiras em depósitos à ordem e a prazo para obtenção de uma melhor rentabilidade.

Esta última operação tem especial atenção da nossa parte devido ao objetivo de alcançar mais rentabilidade, pelo que é realizado um controlo frequente junto das respetivas aplicações.

### **Risco da Contraparte**

A atividade exercida pela CEP é de muito baixo risco visto os créditos concedidos possuírem garantia real. Todos os empréstimos realizados são auditados por um Avaliador registado na Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

### **Risco de Concentração**

#### **Risco de Concentração de Crédito**

A Direção da CEP encontra-se responsável pela aprovação e revisão regular dos procedimentos para um controlo mais rigoroso do risco de concentração de crédito. Identificar este risco como um risco materialmente relevante, apesar da reduzida dimensão da instituição, permite à Direção estar atenta e caso seja necessário, definir e rever o perfil de risco, os níveis de tolerância e limites aplicáveis ao risco de concentração de crédito.

Em termos de risco de concentração individual, este é considerado praticamente nulo. Apesar da existência de mais que um mútuo por cliente, os objetos em causa continuam a garantir o empréstimo em si.

Relativamente ao risco de concentração do capital interno, o crédito concedido encontra-se controlado de forma a não exceder os parâmetros mínimos de garantia previstos.



### Risco de Concentração de Depósitos

Para uma melhor informação apresentamos o quadro seguinte a distribuição do valor dos depósitos em 31 de outubro de 2017:

Distribuição de acordo com o valor global dos saldos em dinheiro (D) de cada depositante	Número de depositantes cujos depósitos	Depósitos		
		Depósitos constituídos em Portugal	Depósitos constituídos em outros EM da EU	Valor total dos depósitos
		(1)	(2)	(3)=(1)+(2)
D ≤ 10.000	205	564.263 €	0 €	564.263 €
10.000 < D ≤ 25.000	54	883.485 €	0 €	883.485 €
25.000 < D ≤ 50.000	31	1.154.622 €	0 €	1.154.622 €
50.000 < D ≤ 100.000	17	1.133.699 €	0 €	1.133.699 €
D ≥ 100.000	1	131.769 €	0 €	131.769 €
<b>TOTAIS</b>	<b>308</b>	<b>3.867.839 €</b>	<b>0 €</b>	<b>3.867.839 €</b>

### Risco de Flutuações de Mercado

O crédito sobre penhor mediante garantia real de objetos de ouro e pedras preciosas, em caso de flutuações de mercado, não coloca em risco a Instituição. Aquando da concessão do crédito é considerada uma margem de segurança que previne perdas eventuais. O valor do empréstimo é, por via de regra, aproximadamente de 70% do valor de garantia. Em caso de incumprimento garantem o capital mutuado e respetivos encargos.

### Risco Concentração de Liquidez

O risco de concentração, quer em ativos e passivos, pode tornar-se um problema de liquidez para as instituições. A concentração de ativos numa só instituição pode prejudicar o funcionamento da mesma caso esta necessita de capital no imediato.

Reconhecendo a importância deste risco de concentração, nomeadamente o risco de financiamento e o risco de liquidez de mercado, a CEP, realiza, com especial atenção, uma monitorização constante das suas aplicações financeiras, estando a par da evolução das taxas de juros, procurando assim, uma melhor oportunidade de investimento com um risco bastante reduzido.

Assim, a Direção da CEP possui uma política de distribuição por várias instituições financeiras, o que permitirá reduzir este tipo de risco.

No quadro seguinte é apresentada a distribuição dos depósitos à ordem e a prazo pelas instituições financeiras em Outubro 2017:

	Banco MG	Banco CGD	Novo Banco	Banco BIC	Banco Popular	Banco BPI	Banco Finantia	Banco BIG	Totais
<b>DO</b>	254.525 €	252.249 €	770 €	45.267 €	27.692 €	98.026 €	18.686 €	0 €	697.215 €
<b>DP</b>	700.000 €	0 €	500.000 €	880.000 €	400.000 €	0 €	880.000 €	979.948 €	4.339.948 €
<b>TOTAL</b>	954.525 €	252.249 €	500.770 €	925.267 €	427.692 €	98.026 €	898.686 €	979.948 €	5.037.163 €

### Risco de Reputação

O risco de reputação é considerado o pior tipo de risco a que uma instituição financeira está sujeita, sendo particularmente danoso, uma vez que a natureza dos seus negócios requer a manutenção da confiança dos stakeholders, maioritariamente dos depositantes e dos credores.

A Direção da CEP, consciente da exposição a este eventual risco, realiza reuniões e contactos telefónicos (clientes surpresa) com os seus colaboradores, no sentido de prevenir eventuais comportamentos que possam colocar em risco a reputação da Instituição.

Um dos aspetos implementados no controlo interno, a segregação de funções, apesar do número reduzido de colaboradores, permite que estes tenham sempre presente quais as suas responsabilidades e os efeitos do seu comportamento nas mesmas.

### Riscos dos Sistemas Informáticos

Os sistemas informáticos constituem, atualmente, uma das ferramentas de trabalho mais importantes nas organizações. A Direção da CEP implementou níveis de segurança e controlo de acesso. O controlo também é, em certa medida, da responsabilidade de todos dentro da organização, estando assim contemplado na respetiva descrição de funções.

### Riscos de Recursos Humanos

O presente risco torna-se um fator decisivo no funcionamento eficaz da instituição. É necessário existir uma formação permanente dos nossos colaboradores para que as funções desempenhadas o sejam com o devido rigor.

A Direção demonstra como incorpora os valores da CEP em atividades diárias e define claramente e consistentemente como e quando aplicar um processo disciplinar para aqueles que violam o código de ética e de políticas.

### **Auto-Avaliação**

A Direção avalia os riscos analisados, considerando a sua probabilidade e o impacto como base para determinar o modo como deverão ser administrados.

Esses riscos são avaliados quanto à sua condição de inerentes e residuais. Ao selecionar as respostas aos riscos, a Direção identifica as atividades de controlo necessárias para assegurar que estas sejam executadas de forma adequada e oportuna.

## Orçamento Previsional de 2018

A elaboração do orçamento para o exercício de 2018 teve como base os elementos contabilísticos até ao final de setembro, sendo realizada uma projeção até final do exercício.

O resultado previsional de 2018 comparado ao orçamentado em 2017 constata-se uma diminuição. Em 2017, devido ao pagamento de juros por parte dos clientes/associados, o leilão previsto a realizar-se não foi concretizado.

Assim, para 2018 teremos um resultado positivo previsto no montante de 117.000,53€ conforme a seguinte demonstração de resultados:

<b>Demonstração de Resultados</b>	<b>Orçamento 2017</b>	<b>Orçamento 2018</b>	<b>Variação</b>
Juros e rendimentos similares	134 926,00 €	165 730,00 €	22,83%
Juros e encargos similares	40 272,00 €	42 654,00 €	5,91%
<b>Margem Financeira</b>	<b>94 654,00 €</b>	<b>123 076,00 €</b>	<b>30,03%</b>
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos de serviços e comissões	38 500,00 €	29 621,00 €	-23,06%
Encargos com serviços e comissões	741,00 €	1 050,00 €	41,70%
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)			
Resultados de ativos financeiros detidos para venda (líquido)			
Resultados de reavaliação cambial (líquido)			
Resultados de alienação de outros ativos			
Outros resultados de exploração	2 203,00 €	8 284,00 €	276,03%
<b>Produto bancário</b>	<b>134 616,00 €</b>	<b>159 931,00 €</b>	<b>18,81%</b>
Custos com pessoal	104 011,00 €	113 425,28 €	9,05%
Gastos gerais administrativos	81 741,00 €	75 000,00 €	-8,25%
Depreciações e amortizações	1 002,00 €	6 202,07 €	518,97%
Provisões líquidas de reposições e anulações	-259 101,00 €	-151 696,88 €	-41,45%
Correções de valor associadas ao crédito de clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)			
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações			
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>206 965,00 €</b>	<b>117 000,53 €</b>	<b>-43,47%</b>
Impostos			
Correntes			
Diferidos			
Resultados após impostos			
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>206 965,00 €</b>	<b>117 000,53 €</b>	<b>-43,47%</b>

## Notas explicativas

- **Rendimentos**

As rubricas dos rendimentos apresentadas para o ano de 2018, conforme apresentado no quadro abaixo, perfazem um total de 355.331,88 euros.

<b>Rendimentos</b>	<b>Orçamento 2017</b>	<b>Orçamento 2018</b>	<b>Varição</b>
Juros e rendimentos similares	134 926,00 €	165 730,00 €	22,83%
Rendimentos de serviços e comissões	38 500,00 €	29 621,00 €	-23,06%
Provisões líquidas de reposições e anulações	259 101,00 €	151 696,88 €	-41,45%
Outros resultados de exploração	2 203,00 €	8 284,00 €	276,03%
<b>Total dos rendimentos</b>	<b>434 730,00 €</b>	<b>355 331,88 €</b>	<b>-18,26%</b>

Face às linhas de orientação previstas para 2018, prevê-se um aumento do crédito concedido. Este aumento permitirá um acréscimo de 22,83% relativamente aos juros e rendimentos similares face ao valor orçamentado no ano anterior.

Na rubrica “outros resultados de exploração” prevê-se um aumento muito significativo face ao ano anterior. Nesta rubrica inclui-se o reembolso de despesas e outros rendimentos. Com a possibilidade de realização de leilão, é expectável o aumento de portes de envio e emissão de 2<sup>as</sup> vias de contratos.

A rubrica “provisões líquidas de reposições e anulações” apresenta uma diminuição face ao ano anterior pelo facto de serem cada vez menos objetos de penhor que serão levados a leilão.

## • Gastos

As rubricas dos gastos apresentadas para o ano de 2018, conforme apresentado no quadro abaixo, perfazem um total de 238.331,35 euros.

Gastos	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Varição
Juros e encargos similares	40 272,00 €	42 654,00 €	5,91%
Encargos com serviços e comissões	741,00 €	1 050,00 €	41,70%
Custos com pessoal	104 011,00 €	113 425,28 €	9,05%
Gastos gerais administrativos	81 741,00 €	75 000,00 €	-8,25%
Depreciações e amortizações	1 002,00 €	6 202,07 €	518,97%
<b>Total dos gastos</b>	<b>227 767,00 €</b>	<b>238 331,35 €</b>	<b>4,64%</b>

Na rubrica “encargos com serviços e comissões” prevê-se um acréscimo de 41,70% face ao ano anterior devido aos custos de transações do TPA.

A variação de 9,05% apresentada na rubrica “custos com pessoal” é resultante do aumento salarial previsto para o início de 2018.

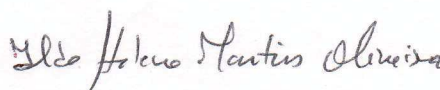
Com uma gestão mais eficiente dos recursos, prevê-se uma ligeira diminuição nos gastos gerais administrativos.

## Conclusão

A previsão da ação para 2018 representa a nossa intenção de realização, sendo que algumas ações ocorrerão dentro da normalidade e noutras manifestaremos a nossa intenção e boa-fé de as realizarmos. Assim, o documento apresentado foi construído numa base de continuidade e prudência, tendo como alicerce o orçamento previsional para 2018, conforme apresentado.

Não obstante, as novas ações a empreender podem vir a requerer novas dotações orçamentais, pelo que se poderá vir a optar pela apresentação de orçamentos retificativos, caso se entenda necessário.

Presidente – Ilda Helena Martins Oliveira



Vogal – Fernando Ulisses Pereira Machado

